

Aval político

Apesar da renegociação sobre a dívida externa encontrar-se em fase de estudos prévios, com as partes entregues à tarefa de definir posições e recolher subsídios, segue em ritmo cadenciado a normalização da presença brasileira no sistema financeiro internacional. Depois das manifestações de solidariedade ao programa de estabilização econômica, partidas do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, agora é o Banco Interamericano de Desenvolvimento que se incorpora aos espaços de confiabilidade criados pelo Brasil no exterior.

De fato, colocado entre as maiores agências de crédito e financiamento da órbita oficial, o BID tem peso específico, no âmbito continental, para convalidar programas econômicos de reajustamento nos países associados. E o faz, entre outros meios eficazes, pela liberação de recursos a programas sociais e de expansão econômica, tal como sucede no momento em relação ao Brasil. De fato, a instituição acaba de acertar com negociadores da equipe econômica do presidente Fernando Collor a destinação de 978 milhões de dólares a alguns projetos brasileiros, dependentes de complementação financeira externa.

Pelos setores a serem beneficiados — projetos sociais, modernização tecnológica, expansão industrial e, especificamente, a Usina Hidrelétrica de Segredo, no Paraná — o BID demonstra sua disposição de apoiar as diretrizes adotadas pelo governo Collor para reorganizar a

vida econômica do País e reinseri-la no contexto internacional.

Talvez se possa considerar ainda pouco expressiva a colaboração do Banco. Todavia, é indispensável entender que as parcelas agora pactuadas marcam apenas o reinício das negociações após um período de ambiguidades e dúvidas sobre o futuro do Brasil. Depois, encontram-se em pauta para deliberação diversos outros projetos de financiamento, que deverão alcançar a cifra bastante significativa de cinco bilhões de dólares no triênio 1991-1993.

Os recursos objeto do acordo atual têm, sobretudo, significação política, no que respeita aos interesses do Brasil. É certo que a iniciativa do BID, pelo prestígio que desfruta ao norte e ao sul do rio Grande, tende a desarmar preconceitos, suscitar otimismo e quebrar a algidez de algumas instituições ainda aprisionadas aos mecanismos ortodoxos de negociação. O Governo brasileiro, há dois meses no poder, deseja conduzir o problema da dívida externa para o centro de um entendimento avesso aos formalismos já malsinados pela nova realidade política mundial. E, particularmente, ajustado ao esforço de estabilização interna, o mais audacioso já realizado por quaisquer das nações endividadas, cuja eficácia recebe, neste instante, o aval do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Uma posição, logo se vê, fundada na seriedade e em propósitos coerentes.